

Brasil moderno: Ensaísmo e ideologias



<https://doi.org/10.56238/interdiinovationscresce-054>

Antônio Joaquim Pereira Neto

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, pela UESB. Professor de Português, Literatura e Redação do IFBA, Campus Paulo Afonso.

Rita de Kássia Gomes Novaes de Lima

Mestre em Extensão Rural, pela Univasf. Professora de Inglês do IFBA, Campus Paulo Afonso.

RESUMO

Este capítulo apresenta um quadro expositivo de alguns dos principais ensaios que realizaram o trabalho de interpretar o Brasil moderno. A fim de expor as ideologias radicadas neste gênero praticado pelos intelectuais brasileiros no século

XX, o texto aponta para os diferentes brasis imaginados por pensadores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Antonio Candido, Raymundo Faoro, Dante Moreira Leite, Celso Furtado e Carlos Guilherme Mota, os quais investiram na discussão e na reflexão crítica sobre a formação do povo brasileiro, preocupados com construção de sua identidade na colônia, no império e em uma república em vias de desenvolvimento social e capitalista. Em seu percurso, ideologias culturais, políticas e econômicas foram configuradas, as quais mascararam algumas de nossas contradições fundamentais.

Palavras-chave: Ensaísmo, Ideologia, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento do ensaio como forma de conhecimento relevante para o processo de análise e compreensão do Brasil moderno demanda a delimitação do tempo em que ele foi utilizado como ferramenta heurística na interpretação da cultura, da moral, da economia e da política brasileira, sobretudo a partir do período que se convencionou a ler o país pelos termos de sua entrada na modernidade. Considerando que por modernidade entendemos o quadro econômico e social alimentado pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, pelo avanço técnico proporcionado pela revolução industrial, escolhemos a década de 70 do século XIX como o período que registra de que modo “a passagem brasileira à modernidade teve um momento privilegiado e contraditório” (FREITAS, 2011, p. 25).

Para Marcus Vinicius de Freitas (2011, p. 16), em seu livro “Contradições da modernidade: o jornal aurora brasileira”, “temas relativos ao contraditório surgimento da modernidade no Brasil, tais como a emergência do paradigma científico numa sociedade ainda escravocrata, a romantizada permanência da literatura como espaço de construção da identidade nacional”, a continuidade e a reiteração da centralização do poder, a despeito da mudança de império a república e “a permanência do conflito entre o modelo sócio econômico agrário e o crescimento das cidades”, vão representar a



existência de elementos de continuidade entre a primeira república e as décadas finais do império, ou seja, os anos que vão de 1870 a 1930.

Com efeito, tendo em vista que a matriz dessa linha de abordagem foi inaugurada pelo ensaísta Gilberto Freyre, no livro *Ordem e Progresso*, entendemos que o estudo das contradições referentes à entrada do Brasil na modernidade precisa partir da investigação do ensaísmo brasileiro do século XX. Finalmente, feitas as devidas delimitações, este capítulo propõe expor, inicialmente, em que medida o pensamento social brasileiro, reinante na forma ensaística, se consolidou por meio de uma crítica a uma leitura colonialista dos grupos étnicos que aqui se misturavam, rompendo com as ideias positivistas e evolucionistas surgidas no país em 1870, nas quais os modelos raciais de análise cumpriam um papel fundamental na interpretação de nossa realidade. Em seguida, apresentamos algumas das principais ideologias ratificadas por alguns ensaios produzidos no país.

1.1 GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Casa grande e senzala merece um destaque especial, uma vez que Gilberto Freyre foi o grande representante da proposta de renunciar à perspectiva biologizante de cunho racista na descrição da história do Brasil para uma análise que se recusa a justificar ideologicamente a “inferioridade” da cultura brasileira por meio de traços raciais, como deixa evidente no prefácio: “aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura” (...). “Nesse critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio” (FREYRE, 2006, p. 32).

Por outro lado, se utilizarmos como premissa a afirmação adorniana (2003, p. 35), presente no seu texto “O ensaio como forma”, segundo a qual “a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia” e que ele, o ensaio, procura desencavar “os pontos cegos dos seus objetos”, visto que “apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa (no objeto), aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procura, secretamente, manter invisível” (ADORNO, 2003, p. 45), nossa abordagem precisa apontar para a cristalização da ideologia da cultura brasileira nos ensaios que visam edificar um painel econômico, político e cultural deste Brasil moderno. Por esta via, Carlos Guilherme Mota, em seu ensaio “Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)”, evidencia os pontos cegos do ensaio freyriano, cuja manifestação de uma visão senhorial do mundo apresenta a vida social, política e psicológica das oligarquias, da aristocracia rural nordestina, como metonímia da cultura brasileira: “nas Casas grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro” (FREYRE, 2006, p. 45). Para muitos ideólogos do seu tempo, o “caráter brasileiro” existe enquanto realidade tangível, e não como ideologia” (MOTA, 2014, p. 97).

O ensaísmo de Freyre indica, segundo Mota (2014, p. 98), “o esforço de compreensão da realidade brasileira realizado por uma elite aristocratizante que vinha perdendo poder”. Escrito por um filho da república velha, esta obra, produzida pela vertente ensaística, encobre, sob fórmulas



regionalistas e/ou universalistas, “o problema real que é o das relações de dominação no Brasil” (MOTA, 2014, p. 98). Aliás, sem o interesse em analisar a história do Brasil pela perspectiva do conflito, mas atento às harmonias entre as classes, Gilberto Freyre (2006, p.116) salienta que “a formação brasileira tem sido, na verdade, um processo de equilíbrio de antagonismos”. É da matriz deste raciocínio que se naturalizará no país a ideologia da democracia racial.

Em Casa-grande e senzala, quando discorre sobre o processo da colonização portuguesa, enfatizando o contato cultural de portugueses com índios e negros, Gilberto Freyre (2006, p. 276) delimita seu objeto, afirmando que, nesse ensaio, não lhe interessa, senão indiretamente, o aspecto econômico ou político da colonização portuguesa do Brasil, uma vez que, diretamente, “só lhe interessa o social, no sentido particular de social que coincide com o sociológico. E nenhum antecedente social mais importante a considerar no colonizador português que a sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismos étnicos e de cultura; que o seu cosmopolitismo”. A ideia desse pensador brasileiro era evidenciar que “a sociedade brasileira, híbrida desde o início, é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado” (FREYRE, 2006, p. 160). O núcleo fundamental desse ambiente seria o da família patriarcal, que regia as especificidades das relações que determinavam a vida na casa-grande e na senzala. A família patriarcal seria a unidade social básica, reguladora da sociedade brasileira. Para Elide Rugai Bastos (2016, p. 409), em um posfácio escrito para uma edição crítica da obra Raízes do Brasil, “sendo a unidade social básica, é ela que torna a sociedade autorregulável, pois a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio é, desde o século XVI, o grande fator colonizador do Brasil”.

Para Gilberto Freire (2006, p. 36), “a casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura fundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo da família); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de política (o compadrismo)”. Nestes termos, formando a estrutura dessa sociedade, a unidade social básica, a casa-grande e a senzala não teriam sido fundadas pela participação decisiva da agência, posto que seus determinismos poderiam ser identificados “em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora” (FREYRE, 2006, p. 34). Nessa obra, o antropólogo destaca a plasticidade social do português como característica moral que determina a doçura das relações raciais e sociais no seio dessa unidade familiar patriarcal. O autor delinea o histórico das relações dos portugueses com outras “raças” para exemplificar a adaptação ao Brasil desse povo que constitui a parte vitoriosa do processo de colonização. O personalismo do português contribuirá para a organização dessa unidade



familiar, bem como a plasticidade do negro, naturalmente predisposto, segundo o autor, ao trabalho agrário. Eis o que para Gilberto Freire caracteriza a superioridade da cultura negra sobre a indígena.

Por conseguinte, é na Casa-grande e na Senzala que é possível analisar a influência africana sobre a cultura, o caráter e a eugenia do brasileiro, o tipo de contato cultural que será estabelecido entre o conquistador e o conquistado, entre o português e o negro. Impactando nas relações sociais que darão forma ao homem brasileiro, a Casa-grande e a Senzala formaram a unidade da “aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque” (FREYRE, 2006, p. 416), que acabou com essa dualidade. “Tornamo-nos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”. Na visão desse escritor, “verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos” (FREYRE, 2006, p. 438). Nesse processo intercultural, os senhores contraíram alguns hábitos dos seus escravos e desta sorte o superior e o inferior se aproximaram. Desse conjunto de fatores, Gilberto Freire (2006, p. 435) conclui: “salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”. Eis o delineamento das condições sociológicas, políticas e científicas para o surgimento, no pensamento social brasileiro, da ideologia da democracia racial e social.

Para explicar essa democratização social no Brasil, Gilberto Freire apresenta “a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos”. Para ele, o português se caracteriza por ser um povo indefinido entre a Europa e a África. Portugal representa um todo social plástico, cuja constituição social vulcânica nunca fora completamente endurecida nem definitivamente estratificada; seu passado étnico não reflete nenhum exclusivismo de tipo, nem de raça ou de cultura. Os contatos de raça e de cultura foram lá mais livres e diversos. Tendo sido constante a mobilidade de famílias e de indivíduos de uma classe para outra, seria impossível, de acordo com Gilberto Freire, concluir por estratificações étnico e sociais em um povo que se conservou sempre tão plástico e predisposto ao contato. Depois de cinco séculos não se haviam estratificado as classes sociais em Portugal em exclusivismos intransponíveis. Sendo o português o povo mais predisposto ao regime de trabalho escravo, sua maior contribuição teria sido a sua plasticidade. Esta, unida à plasticidade do africano, formaria a unidade de nossa organização familiar e patriarcal. Portanto, constitutiva do sistema escravocrata, da casa-grande e senzala, e determinada pela plasticidade tanto do português quanto do negro em seus modos de organização social, “a técnica de nossa produção econômica influi, segundo o antropólogo, sobre a estrutura das sociedades” (FREYRE, 2006, p. 32). Aqui temos a estrutura que precede a agência, a solidariedade social que suplanta a colonização por indivíduos.

Como assevera este antropólogo, “a colonização por indivíduos – soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, naufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira – quase não deixou traço na plástica econômica do Brasil”



(FREYRE, 2006, p. 81). Essa colonização por indivíduos “ficou tão no raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à toa não chegou a definir-se em sistema colonizador” (FREYRE, 2006, p. 81). Com efeito, nessa passagem nos encontramos com o ensaio sociológico de Sérgio Buarque de Holanda. Nele, a agência precede a estrutura e o culto à personalidade do homem português é responsável pela frouxidão de nossa estrutura social.

Com uma metodologia diferente da de Gilberto Freyre, o ensaísmo de Sérgio Buarque de Holanda privilegia a lógica dos contrastes. “Raízes do Brasil é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários” (CANDIDO, 2007, p. 129), explorando conceitos polares: “trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo” (CANDIDO, 2007, p. 130). Este historiador traz à tona a crítica aos fundamentos “patriarcais” e agrários da sociedade brasileira. Enquanto Freyre trazia a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, não obstante sua identificação de predisposições psicológicas de raças nos diferentes grupos étnicos que analisa, Sérgio Buarque pressupõe a liquidação das raízes do nosso passado, a adoção do ritmo de vida urbano (CANDIDO, 2007).

A leitura do Brasil feita por Sérgio Buarque de Holanda privilegia uma análise da cultura brasileira por intermédio de sua herança ibérica. Nesse sentido, a liquidação de nossas raízes significa o despojamento da cultura da personalidade que enforma os agentes responsáveis pela colonização nos trópicos. Nenhum povo “soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais” (HOLANDA, 2016, p. 41). Com efeito, o autor pretende representar o modo como a cultura europeia foi implantada no território brasileiro, tornando-nos herdeiros de suas formas de convívio, instituições e ideias, ao passo que faz uso de categorias sociológicas a fim de construir uma tipologia de nossa identidade social. Em sua obra, a agência (indivíduo) precede a estrutura (sociedade) e o culto à personalidade do homem português é responsável pela frouxidão de nossa estrutura social. Frutificando os elementos anárquicos e a falta de coesão social, “as iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir” (HOLANDA, 1995, p. 33). Numa alusão a Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda não se apega aos costumes que formam a tradição do povo português para encontrar a única defesa contra nossa desordem. Pelo contrário, para ele (HOLANDA, 1995, p. 32), “é dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável”.

Para Elide Rugai Bastos (2016, p. 409), “as consequências e os efeitos político-sociais da transferência ao Brasil de traços da cultura personalista” dos portugueses são “vistos diferentemente na obra de Freyre e Holanda”. Se para Gilberto Freire, “o personalismo é o elemento que permite à família patriarcal seu caráter conciliador e o seu papel ordenador da sociedade” (BASTOS, 2016, p.



409), para Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 32) ele é o fator de nossa desordem, posto que, para os portugueses, “o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes”. Centrada no indivíduo e na sua personalidade, “o círculo de virtudes capitais para a gente ibérica relaciona-se de modo direto com o sentimento da própria dignidade de cada indivíduo” (1995, p. 37). O tipo de homem que coordena as suas ações em função dos altos feitos e das altas virtudes que “suprem vantajosamente a prosápia de sangue aspira a manifestar o sentimento de uma verdadeira ética de fidalgos”, o que corresponderia a autêntica nobreza para os portugueses.

Com efeito, essa mentalidade representará um grande obstáculo, no entendimento de Holanda, para o desenvolvimento do espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas, que o sociólogo Max Weber apresenta em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. A falta de uma racionalização da vida e de “uma moral do trabalho vão se ajustar bem a uma reduzida capacidade de organização social” (HOLANDA, 1995). Para o historiador, essa moral do trabalho sempre representou um fruto exótico para espanhóis e portugueses. Pautando-se nas tipologias sociais do método weberiano, o escritor de *Visões do paraíso* pressupõe a existência de uma ética do trabalho e de uma ética da aventura, compondo dois tipos que são excludentes no modo de formação da conduta dos povos ibéricos. Vale lembrar, como nos diz Max Weber (2016, p. 254), que “a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento”. Noutras palavras, a ideia característica desse método é formar um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’. Postulando um quadro homogêneo de pensamento puramente ideal, “a realidade é medida a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada” (WEBER, 2016, p. 255).

Para Sérgio Buarque, a ética que fundamenta a conduta do português é a ética do aventureiro, exemplificada pela “ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis” (HOLANDA, 2016, p. 66), pois nada lhes parece mais estúpido e mesquinho que o ideal do trabalhador. “O que o português vinha buscar era, no dizer de Holanda, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 2016, p. 72). Nesse processo, a ética do aventureiro torna-se decisiva como fator de nossa colonização, para além da concepção sociológica segundo a qual a família patriarcal teria funcionado como elemento fundamental de nossa coesão social. Aliás, como afirma Sérgio Buarque (1995, p. 58), “nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhos rurais”. Para esse autor, o que sobrava em plasticidade aos portugueses lhes faltava em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e coesão social.



Analisando o impacto da herança rural na constituição das instituições sociais do país, Sérgio Buarque aponta para o predomínio da mentalidade de casa-grande nos meios administrativos consolidados nas cidades do país, bem como nas relações entre seus governantes e governados, entre monarcas e súditos, cujo princípio de economia política sustenta que “o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores de felicidade geral” (1995, p. 85). Conforme o mesmo, “o predomínio do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio” (HOLANDA, 1995, p. 92). Este esforço está na base do modelo de ordenamento social que nos foi legado pelos portugueses, um modelo marcado pela falta de coesão, de associação, de solidariedade orgânica. Condenados por condutas fundadas numa ética da aventura, desprovida de ações orientadas com vistas a uma finalidade objetiva, a uma moral ascética, só poderíamos oferecer para a vida em sociedade o tipo do homem cordial. Fazendo alusão ao núcleo do trabalho de Gilberto Freire, esse autor ratifica a sua crítica aos processos sociais de âmbito estrutural consagrados pelos efeitos da estrutura da família patriarcal e sua incompatibilidade com a formação de uma sociedade impessoal fundada na burocracia de Estado:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX (HOLANDA, 1995, p. 141).

Portanto, com Sérgio Buarque de Holanda, são outros os efeitos sociais e políticos do personalismo português, como também são outros os modos de ordenação social que são edificados pela emergência da burocracia do Estado. Por essa via, um sistema econômico, político e social consolidado não poderia depender da estrutura familiar, da casa-grande e senzala, mas de ações orientadas racionalmente por indivíduos com vistas à formação de um ordenamento impessoal, livre de determinações particularistas, abstrato, que transgrida a ordem doméstica e familiar: o Estado. Eis o esboço do que deveria fundamentar uma ética do trabalho no sistema capitalista e industrial moderno, eis o esboço, fomentado por Holanda, da relação que envolve a agência e a estrutura em seu ensaio sociológico.

Nesse sentido, tanto Gilberto Freyre quanto Sérgio Buarque de Holanda tematizam a permanência do conflito entre o modelo socioeconômico agrário e o crescimento das cidades conforme podemos escrutinar nas contradições da nossa modernidade. Todavia, como afirma Mota (2014, p. 71), se “a obra de Freyre teve o peso de uma denúncia do atraso intelectual, teórico, metodológico, que caracterizava os estudos sociais e históricos no Brasil”, tem razão Antonio Candido (2006, p. 220) ao afirmar que “os anos de 1930 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura” e que a sua “radicalização propriamente dita, crítica e progressista, teve como um dos seus traços mais



salientes, além da consciência nacional, a ânsia de reinterpretar o passado nacional” (CANDIDO, 2006, p. 230).

1.2 CAIO PRADO JÚNIOR, RAYMUNDO FAORO E ANTONIO CANDIDO

Para o escritor de Formação da literatura brasileira, “são estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (CANDIDO, 2007, p. 125). Incluído neste sopro de radicalismo de 1930, a obra Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Júnior, é destacada como aquela que realiza uma interpretação materialista do Brasil. Ao contrário de Gilberto Freyre, que esconde “a busca real do sentido da colonização e das histórias das relações de dominação no Brasil” (MOTA, 2014, p. 103), bem como “as contradições do processo histórico-social, as classes e os estamentos em seus dinamismos específicos e seus conflitos e desajustamentos no sistema social global” (MOTA, 2014, p. 106), Caio Prado Junior (2008, p. 29) ressalta que “a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comercio europeu”.

Sendo este o sentido da colonização, a essência da nossa formação, “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamante e café para o comércio europeu” (JUNIOR, 2008, p. 30). Os efeitos dessas veias abertas foram de longa duração na cultura política e econômica do país. Compreendendo que a agricultura é o nervo econômico da civilização, será a partir dela que Caio Prado identificará “os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e trabalho escravo” (JUNIOR, 2008, p. 121). Concentrada a exploração na monocultura latifundiária, na grande lavoura, onde o principal produto destinado à exportação “absorve todas as atividades e ninguém cuida de culturas alimentares” (JUNIOR, 2008, p. 163), da cultura de subsistência, o sistema econômico do país cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar: o da fome.

O resultado deste processo é conhecido, visto que no processo de acumulação primitiva do capital a monocultura veio para destruir a fonte de sobrevivência do trabalhador, transformando-o em indivíduos assalariados dependentes dos proprietários dos meios de produção. Ainda com relação ao trabalho de Caio Prado, Candido (2007, p. 127) nos lembra que este “primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da economia”, feita a partir de uma exposição de tipo factual, é inteiramente afastado do ensaísmo que é marcante em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, posto que ele visa convencer pela qualidade e quantidade dos dados e argumentos. Mas já reconhecemos a dimensão heurística do ensaísmo, de modo que, como dito por



Adorno (2004), “o ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas”, pelas quais o desvendamento bem documentado dos substratos materiais representaria a sua causa final.

Enquanto crítica do sistema político e social vigentes, “o ensaio é crítica da ideologia” (ADORNO, 2004, p.38). Uma vez que a ciência reduza a modelos simplificadores as dificuldades e complexidades de uma realidade antagônica, “o ensaio abala a ilusão desse mundo simples”, uma ilusão que se presta comodamente à defesa do status quo” (ADORNO, 2004, p.33). Nesse sentido, mais distante do ensaísmo e mais próximo do científico, todavia sem simplificar as complexidades da realidade antagônica brasileira, Caio Prado escrutina as classes sociais no desenvolvimento desigual de nossa economia. Com ele “as classes sociais emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira” (MOTA, 2014, p.70).

Todavia, é preciso destacar que a dualidade entre um Brasil arcaico e um Brasil na marcha do desenvolvimento burguês se fez valer em outros ensaios. Por meio deles é preciso compreender “a medida da diferença entre a ótica senhorial e o criticismo dos jovens intelectuais da classe média brasileira que surge nas universidades” (MOTA, 2014, p. 165). Ao realizar um ensaio cujo foco era político e cujo objetivo era realizar a crítica aos donos do poder representativo do país, Raymundo Faoro nos contempla com um ensaísmo determinante, capaz de nos ensinar que “a predominância burocrática estatal na política nacional mais leva água ao moinho do conservadorismo tradicional do que representa um avanço na democratização das instituições e da sociedade” (CARDOSO, 2013, p. 228), o que não poderia nos levar a confundir a nossa “eventual modernização progressista, mesmo que autoritária, à entrada, no Estado, dos interesses populares e democráticos” (CARDOSO, 2013, p. 228).

Em seu livro “Os donos do poder”, Faoro (2001, p. 877) salienta que no Brasil “a soberania popular não existe senão como farsa, escamoteação ou engodo”. Ao longo de nossa formação colonial, imperial e republicana foi predominante a permanência de um Estado patrimonial cujo estamento burocrático garantiu a consolidação de relações políticas pautadas no clientelismo, na relação de favor. A distribuição de títulos honoríficos, cargos, benefícios e incentivos fiscais quase sempre foi realizada por algum chefe que visava, com vistas à reprodução de uma sociedade dependente, proteger os interesses particulares de grupos oligárquicos. Com efeito, para Faoro (2001, p. 885), “o estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título”.

Alguns exemplos dessa prática patrimonial são expostos por Raymundo Faoro em seus artigos publicados na coluna semanal da revista *Senhor* na década de 80 do século passado. No texto “A verdade da economia e a verdade dos fatos”, o autor (2018, p. 37) ressalta que “os articuladores da política econômico-financeira” no Brasil se esforçam “em demonstrar que dirigem o país com o apoio da razão, enquanto todos os que sofrem os efeitos da inflação e da estagnação meramente com o apoio



dos fatos”, que são contingentes e refutáveis. Para o escritor de “Os donos do poder”, a elite burocrática brasileira governa o país desconsiderando o sistema representativo democrático, construindo uma racionalidade econômica que “está acima do tolo cotidiano”, uma “economia onde não se conte o homem, o mais contingente e o mais irracional dos seres” (FAORO, 2018, p. 39).

Em “A transição e o recurso da espada”, Faoro aponta para a natureza conservadora da transição política brasileira, a qual, longe da preocupação de estabelecer uma soberania popular, permanece obediente às regras da ditadura, cujo jogo político estava na contramão das pautas progressistas, uma vez que, neste país, “com um passo à esquerda e três à direita, entra-se no território da transição” (FAORO, 2018, p. 113), ou seja, da falsa transição. Em outro artigo, “E a transição, que fim levou?”, publicado em abril de 1986, o escritor de “Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio” afirma que os sociólogos de plantão e os políticos mais acatados da praça “venderam a tese de que, entre o regime dos generais-presidentes e o regime democrático e constitucional, mediará um espaço semelhante ao que existiu entre o Mar Vermelho e a Terra Prometida” (FAORO, 2018, p. 173), em cuja travessia teria sido desmontada a fortaleza do passado, com a remoção do “entulho autoritário”. Sua crítica ao processo de transição política do país objetiva desmascarar as ideologias, evidenciando que não foi fundada a Nova República.

Finalmente, após a identificação da ideologia no campo cultural e político, é relevante discorrer sobre a ideologia do desenvolvimento nacional presente nos anos 50 em nosso ensaísmo. Com efeito, a fim de combater todas as formas conservadoras e reacionárias de pensamento, Antonio Candido esboçará, como afirma Mota, a angulação da nova classe média brasileira em sua diferença com relação à ótica senhorial, ou seja, uma preocupação com uma leitura do país mais vinculada aos processos de industrialização. Em seu ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, Candido nos lembra que “a consciência do subdesenvolvimento é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos 50”. Preocupado com a problemática da superação de nossa dependência cultural e literária, o escritor de “O método crítico de Silvio Romero” traça a linha “evolutiva” desse pretendido processo: “Da consciência amena de atraso, de ideologia de “país novo”, passa-se à ideologia de “país em vias de desenvolvimento” (MOTA, 2014, p. 191).

Todavia, esse desenvolvimento não representa uma ruptura definitiva com o “antigo regime” econômico, dominado por uma oligarquia dependente do complexo colonial, que “sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira” (FERNANDES, 2009, p. 58). Nesse sentido, a revolução burguesa nunca se consolidou no Brasil como um processo emancipado das estruturas sociais e econômicas do antigo sistema colonial e os efeitos políticos no Brasil moderno podem ser evidenciados nas práticas de uma burguesia que instigou “a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2009, p. 63), convertendo a ideia de desenvolvimento econômico em



uma ilusão compensadora para extratos sociais que se beneficiavam com o capitalismo dependente, ora aceitando positivamente sua condição burguesa, representando os interesses do grande capital, ora se orgulhando “de sua contribuição para o progresso econômico”, como faz “o trabalhador assalariado ou semiassalariado que pratica a poupança tendo em vista o enriquecimento e a passagem para o mundo dos negócios” (FERNANDES, 2009, p. 58).

A ideologia do desenvolvimento econômico funcionou como força motriz de um capitalismo dependente, movido pelos efeitos de formações políticas patrimonialistas, que estiveram a serviço de um processo de “reprodução dos estamentos privilegiados de origem colonial, aos quais se adicionaram os representantes das firmas estrangeiras e os comerciantes nativos” (FERNANDES, 2009, p. 67). Ao silenciar os extratos sociais excluídos desse desenvolvimento, marginalizando-os no seio da economia dependente e mantendo-os completamente fora da ordem social competitiva ditada pelas economias hegemônicas, o capitalismo dependente gerou, no Brasil moderno, “o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político” (FERNANDES, 2009, p. 66). Com efeito, a utopia desenvolvimentista continuou sendo reforçada, nas décadas de 50 e 60 do século XX, por uma mentalidade burguesa que objetivou reproduzir a ética de fidalgo violenta das práticas senhoriais, à luz de uma modernização conservadora autoritária que esteve sob o controle de círculos sociais refratários a qualquer tentativa de descolonização das estruturas econômicas, políticas e sociais vigentes.

1.3 CELSO FURTADO E CARLOS GUILHERME MOTA

Como fica perceptível, os grandes explicadores do Brasil estavam enredados no dualismo da modernização inscrita no processo de transição do modelo econômico rural para o industrial, pautado no crescimento das cidades. Assim, do colapso da oligarquia havia sucedido uma burguesa dependente. Tendo como meta a dissolução do Brasil arcaico e a independência econômica, grande parte da chamada intelectualidade progressista defendia o desenvolvimentismo, o projeto do reformismo nacionalista. Ao interpretar o Brasil a partir de uma via teleológica que supõe uma superação de suas ideologias, Dante Moreira Leite (1983, p. 363), em seu livro “O caráter nacional brasileiro”, apresenta “a sugestão de que a ideologia do caráter nacional brasileiro passou a ter menos significação e começou a desaparecer no momento em que as condições objetivas da vida econômica de certo impuseram a necessidade de um novo nacionalismo”. Enredado nessa consciência-limite do seu tempo, este autor nos contempla com poucos exemplos para evidenciarmos essa superação, mostrando-se restrito aos casos de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e ao de Celso Furtado. Mas o acesso a este último não corresponde à sua visão global da economia brasileira, pois ainda não estava no horizonte do pensamento de Dante Moreira Leite o ensaio do escritor de Formação econômica do Brasil que foi publicado posteriormente ao seu trabalho, “O mito do desenvolvimento econômico”, de 1974.



Todavia, conquanto manifeste a consciência de que “são as condições da vida social que determinam as características psicológicas, embora estas, depois, possam também influir na vida social” (LEITE, 1983, p. 365), Dante Moreira Leira pressupõe uma interpretação do Brasil desprovida de mediações ideológicas, cuja neutralidade axiológica, advinda de uma intelectualidade emancipada das lutas de classes, poderia garantir a superação das ideologias. Crítico dessa interpretação, Carlos Guilherme Mota (2014, p. 284) enxerga nesse quadro “a ideologia de quem se reveste de todo um aparato científico para fugir de uma ideologia”, ou seja, “a ideologia da superação da ideologia”. Aliás, é singular o fato de que Carlos Guilherme Mota circunscreve sua análise sobre o ensaísmo brasileiro ao período de 1933 a 1974, data da primeira publicação de “O mito do desenvolvimento econômico”, de Celso Furtado. Se para ele (2014, p. 328) a noção de cultura serviu para “embaçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes e a mascarar a problemática da dependência”, a não incorporação do trabalho do economista agora a pouco citado pode significar um ponto de inflexão neste processo.

O trabalho de Celso Furtado foca justamente nessas tensões estruturais apontadas por Mota e na problemática da dependência. Para Furtado (1981, p. 60), se de um lado “a crescente inserção das economias periféricas no campo de ação internacional das grandes empresas capitalistas contribui para a modernização desses Estados” e para uma consistente autonomia de suas organizações burocráticas, por outro, “a orientação das atividades econômicas, impondo a concentração de renda e acarretando a coexistência de formas suntuárias de consumo com a miséria das grandes massas, é origem de tensões sociais” (FURTADO, 1981, p. 60), pois são baixos os salários pagos pelas grandes empresas para a mão-de-obra que elas contratam. Assim, os países periféricos não se apropriam do capital acumulado, o que contribui para a expansão do mercado alcançado por estas empresas. Nesse processo, nos lembra Furtado (1981, p. 67), a “industrialização dos países periféricos contribuirá para aumentar o fosso que os separa do centro do sistema”.

Além disso, as burocracias que controlam os Estados periféricos, os donos do poder, não parecem, para Furtado (1981), atraídas por assumir a orientação econômica contra o controle das grandes empresas, a fim de “estabelecer prioridades em função de objetivos sociais coerentes e compatíveis com o esforço de acumulação” no seio do processo interno de desenvolvimento. Essa leitura do desenvolvimento econômico do Brasil promove um ceticismo com relação à possibilidade de os países periféricos serem integrados à lógica do desenvolvimento dos países do centro. Eis o mito apontado pelo ensaio, cuja hipótese não aceita o entendimento de que “os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária”, uma vez que a orientação econômica vigente, aceita e legitimada pelas políticas locais, exclui as grandes massas da mais-valia gerada pelo processo de acumulação dessas grandes empresas. E o raciocínio é matemático: “o nível de renda da população dos países do centro é cerca de dez vezes mais elevado que o da população dos países



periféricos” (FURTADO, 1981, p. 71). Assim, realizando a crítica ao estado de dependência em que se encontra esses países, problemática indispensável para Carlos Guilherme Mota, como expomos nos parágrafos atrás, Celso Furtado (1981, p. 75) é peremptório:

“as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?”.

2 CONCLUSÃO

O processo de colonização cultural promovido pelas elites é denunciado, ao longo do último ensaio em destaque, como meio que sustenta a ideologia do mito do desenvolvimento econômico. Logo, como visto ao longo deste texto, o ensaísmo responsável pela invenção do Brasil moderno imaginou diferentes brasis, ora centrado na discussão da identidade do povo brasileiro, ora preocupado com um país em vias de desenvolvimento. Em seu percurso, ideologias culturais, políticas e econômicas foram configuradas, as quais mascararam algumas de nossas contradições fundamentais. No entanto, esse ensaísmo não deixou, em vários momentos, de contemplar algumas das finalidades de suas convenções: a de que ele desencava “os pontos cegos dos seus objetos”, sobretudo quando se incumbe da tarefa de realizar a leitura do Brasil moderno e uma crítica das ideologias que o constituem.



REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge. M. B de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- CANDIDO, Antonio. “*Literatura e Subdesenvolvimento*” (1970). In: *A Educação Pela Noite*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Teresina etc.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FAORO, Raymundo. *A república em transição: poder e direito no cotidiano da democratização brasileira (1982 a 1988)*; organização de Joaquim Falcão e Paulo Augusto Franco. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.
- Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. revista. Editora Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*; Apresentação de Ricardo Antunes. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. *Contradições da Modernidade: o jornal Aurora brasileira (1873-1875)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, [1933] 2003. 719p.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo. Editora: Círculo do livro, 1974.
- LEITE, Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4 ed. definitiva/ com introdução de Alfredo Bosi; supervisão editorial Lólio L. de Oliveira. - São Paulo: Pioneira, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Raízes do Brasil*; organização Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento do texto e notas Mauricio Acuña e Marcelo Diego – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933–1974*. São Paulo, Editora 34, 2008. 424 pp.